



MMA/Departamento:

Nº 000.019458/2012-02

Data 19/06/12

Rubrica

maim

Resende, 11 de junho de 2012.

Carta nº 004/12/PRES-CEIVAP

À

Excelentíssima Senhora

Izabella Mônica Vieira Teixeira

DD. Ministra do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

EPN 505 – Lote 2 – Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108 (acesso pela W2 Norte)

Brasília/DF – CEP: 70730-542

Assunto: Aperfeiçoamento das metodologias e mecanismos da cobrança pelo uso da água na Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – prorrogação de prazo.

Senhora Ministra,

A cobrança pelo uso da água foi iniciada no Brasil de forma pioneira no Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, a partir de 2003. Depois foi objeto de revisão em 2006, ocasião em que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, pela Resolução nº 64, de 07/12/06, e por proposta do próprio CEIVAP, estabeleceu prazo de 03 anos para apresentação de estudo de avaliação da implementação da cobrança.

Procedimento semelhante constou da Resolução CNRH nº 66, de 07/12/06, que aprovou a cobrança das águas transpostas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu e previu reavaliação também após 03 anos.

Na oportunidade, informo ao CNRH a síntese das providências no âmbito do CEIVAP para atendimento das referidas Resoluções:

- a) A elaboração dos estudos foi atribuída à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, entidade que exerce a função de Agência de Bacia e Secretaria Executiva do Comitê, que somente em setembro de 2009 conseguiu efetivar a contratação de empresa especializada;



- b) O escopo do contrato abrangeu a formulação de propostas de aperfeiçoamento da cobrança dos setores mineral, industrial, de saneamento e agropecuário; a consideração de boas práticas de uso e conservação da água; a cobrança pela diluição da poluição considerando outros parâmetros além da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO); a revisão da cobrança pelo uso da água transposta para o Rio Guandu; a redefinição dos usos insignificantes; e forma de correção dos Preços Públicos Unitários, dentre outros pontos;
- e) O acompanhamento dos estudos da cobrança ficou a cargo da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP, que devido à impossibilidade de conclusão no prazo inicialmente estipulado recomendou sucessivos adiamentos, os quais foram acatados pelo CEIVAP, pelas Deliberações de nºs 99/2008, 118/2009, 120/2009, 133/2010 e 154/2011. Ainda, em função de seus debates, a CTC recomendou e constou das duas últimas Deliberações que tais "estudos são preliminares e deverão ser complementados caso o Comitê assim julgar necessário";
- d) Além dos produtos previstos em contrato, por solicitação da Câmara Técnica Consultiva foram realizadas oficinas sobre o tema dirigidas aos setores usuários, em outubro/2010, com a presença da equipe técnica da empresa especializa;
- e) O contrato com a empresa consultora foi encerrado em 07/02/2011, o produto foi entregue à AGEVAP e o assunto continuou sendo objeto de discussões na Câmara Técnica Consultiva ao longo de 2011 e até maio/2012, tendo ao final sido recomendada a complementação de quase todos os itens constantes do escopo contratado;
- f) A Diretoria do CEIVAP, em 27/03/2012, considerando o tempo já alocado ao assunto; o cronograma aprovado pelo CNRH; e a importância de buscar, no caso da cobrança pelo uso da água, encaminhamento - se não consensual - que atenda a ampla maioria dos participantes do Plenário, decidiu avaliar a situação junto aos órgãos gestores previamente a uma nova Deliberação sobre o tema;
- g) A Agência Nacional de Águas - ANA, em 03/04/2012, analisou os encaminhamentos da CTC e manifestou à Diretoria do CEIVAP interesse que o assunto pudesse ser retomado, ainda na CTC, para que pudesse expor seus posicionamentos;
- h) Em 10/05/2012, as Diretorias do CEIVAP e AGEVAP se reuniram com representantes da ANA, Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - INEA-RJ, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM-MG e Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo - DAEE-SP, ocasião em que todas as entidades presentes se dispuseram a indicar técnicos especializados para apoiar o CEIVAP na consolidação de proposta que represente avanço, no curto prazo, no processo de cobrança, sem desconsiderar a possibilidade de estudos específicos para aperfeiçoamentos posteriores; e



- i) Em 16/05/2012, em reunião Plenária do CEIVAP, foi deliberado retornar o assunto à CTC para, com apoio dos técnicos indicados pelos órgãos gestores dos Estados e da União, apresentar proposta de Deliberação até 31/12/2012 de forma a atender o estabelecido nas Deliberações CNRH nº 64/2006 e nº 66/2006.

Pelo exposto, solicito a Vossa Excelência submeter o assunto à apreciação do CNRH, conforme encaminhamento aprovado pela Plenária do CEIVAP constante do item "i" acima, fazendo constar da Resolução autorização para manutenção dos valores atuais da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul até 31/12/2012.

Sendo o que se oferece para o momento apresento meus votos de consideração e apreço, colocando-me desde já à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

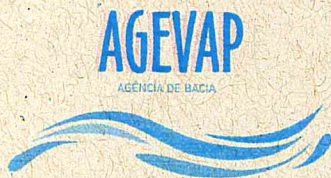
Atenciosamente,

EDSON GIRIBONI
Presidente do CEIVAP

C/C:

A Sua Senhoria o Senhor
Pedro Wilson Guimarães

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
EPN 505 – Lote 2 – Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108 (acesso pela W2 Norte)
Brasília/DF – CEP: 70730-542



Resende, 11 de junho de 2012.

Carta nº 004/12/PRES-CEIVAP

À
Excelentíssima Senhora
Izabella Mônica Vieira Teixeira
DD. Ministra do Meio Ambiente e
Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH,
EPN 505 – Lote 2 – Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108 (acesso pela W2 Norte)
Brasília/DF – CEP: 70730-542

Assunto: Aperfeiçoamento das metodologias e mecanismos da cobrança pelo uso da água na
Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – prorrogação de prazo.

Senhora Ministra,

A cobrança pelo uso da água foi iniciada no Brasil de forma pioneira no Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP, a partir de 2003. Depois foi objeto de revisão em 2006, ocasião em que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, pela Resolução nº 64, de 07/12/06, e por proposta do próprio CEIVAP, estabeleceu prazo de 03 anos para apresentação de estudo de avaliação da implementação da cobrança.

Procedimento semelhante constou da Resolução CNRH nº 66, de 07/12/06, que aprovou a cobrança das águas transpostas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu e previu reavaliação também após 03 anos.

Na oportunidade, informo ao CNRH a síntese das providências no âmbito do CEIVAP para atendimento das referidas Resoluções:

- a) A elaboração dos estudos foi atribuída à Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, entidade que exerce a função de Agência de Bacia e Secretaria Executiva do Comitê, que somente em setembro de 2009 conseguiu efetivar a contratação de empresa especializada;



- b) O escopo do contrato abrangeu a formulação de propostas de aperfeiçoamento da cobrança dos setores mineral, industrial, de saneamento e agropecuário; a consideração de boas práticas de uso e conservação da água; a cobrança pela diluição da poluição considerando outros parâmetros além da Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO); a revisão da cobrança pelo uso da água transposta para o Rio Guandu; a redefinição dos usos insignificantes; e forma de correção dos Preços Públicos Unitários, dentre outros pontos;
- c) O acompanhamento dos estudos da cobrança ficou a cargo da Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CEIVAP, que devido à impossibilidade de conclusão no prazo inicialmente estipulado recomendou sucessivos adiamentos, os quais foram acatados pelo CEIVAP, pelas Deliberações de nºs 99/2008, 118/2009, 120/2009, 133/2010 e 154/2011. Ainda, em função de seus debates, a CTC recomendou e constou das duas últimas Deliberações que tais "estudos são preliminares e deverão ser complementados caso o Comitê assim julgar necessário";
- d) Além dos produtos previstos em contrato, por solicitação da Câmara Técnica Consultiva foram realizadas oficinas sobre o tema dirigidas aos setores usuários, em outubro/2010, com a presença da equipe técnica da empresa especializada;
- e) O contrato com a empresa consultora foi encerrado em 07/02/2011, o produto foi entregue à AGEVAP e o assunto continuou sendo objeto de discussões na Câmara Técnica Consultiva ao longo de 2011 e até maio/2012, tendo ao final sido recomendada a complementação de quase todos os itens constantes do escopo contratado;
- f) A Diretoria do CEIVAP, em 27/03/2012, considerando o tempo já alocado ao assunto; o cronograma aprovado pelo CNRH; e a importância de buscar, no caso da cobrança pelo uso da água, encaminhamento - se não consensual - que atenda a ampla maioria dos participantes do Plenário, decidiu avaliar a situação junto aos órgãos gestores previamente a uma nova Deliberação sobre o tema;
- g) A Agência Nacional de Águas - ANA, em 03/04/2012, analisou os encaminhamentos da CTC e manifestou à Diretoria do CEIVAP interesse que o assunto pudesse ser retomado, ainda na CTC, para que pudesse expor seus posicionamentos;
- h) Em 10/05/2012, as Diretorias do CEIVAP e AGEVAP se reuniram com representantes da ANA, Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro - INEA-RJ, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM-MG e Departamento de Águas e Energia Elétrica de São Paulo - DAEE-SP, ocasião em que todas as entidades presentes se dispuseram a indicar técnicos especializados para apoiar o CEIVAP na consolidação de proposta que represente avanço, no curto prazo, no processo de cobrança, sem desconsiderar a possibilidade de estudos específicos para aperfeiçoamentos posteriores; e



- i) Em 16/05/2012, em reunião Plenária do CEIVAP, foi deliberado retornar o assunto à CTC para, com apoio dos técnicos indicados pelos órgãos gestores dos Estados e da União, apresentar proposta de Deliberação até 31/12/2012 de forma a atender o estabelecido nas Deliberações CNRH nº 64/2006 e nº 66/2006.

Pelo exposto, solicito a Vossa Excelência submeter o assunto à apreciação do CNRH, conforme encaminhamento aprovado pela Plenária do CEIVAP constante do item "ii" acima, fazendo constar da Resolução autorização para manutenção dos valores atuais da cobrança pelo uso da água na bacia do rio Paraíba do Sul até 31/12/2012.

Sendo o que se oferece para o momento apresento meus votos de consideração e apreço, colocando-me desde já à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

EDSON GIRIBONI
Presidente do CEIVAP

C/C:

A Sua Senhoria o Senhor

Pedro Wilson Guimarães

Secretário Executivo do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

EPN 505 – Lote 2 – Ed. Marie Prendi Cruz, 1º andar, sala 108 (acesso pela W2 Norte)

Brasília/DF – CEP: 70730-542